



**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DO VEREADOR ALRI NOGUEIRA**

PROJETO DE LEI Nº 0117 /2007

***GARANTE AOS DEFICIENTES E SEUS
ACOMPANHANTES O DIREITO DE
ACESSO EM COLETIVO MUNICIPAL
PELA PORTA DIANTEIRA.***

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVA:

Art. 1º Fica garantido aos deficientes e a seus acompanhantes o direito de acesso em coletivos municipais pela porta dianteira, estando ou não no colo de terceiros.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se portadora de deficiência, pessoas com reconhecida dificuldade de locomoção, ou seja, aquelas que apresentam ausência de função física ou mental: tetraplegia, paraplegia, hemiplegia, ausência total de visão (cegueira), paralisia cerebral, Síndrome de Down, deficiência mental grave.

Art. 3º Os acompanhantes de pessoas portadoras de deficiência não estão desobrigados ao pagamento da passagem do coletivo.

Art. 4º O descumprimento do disposto na presente Lei acarretará ao infrator multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) UFIR's – Unidade Fiscal de Referência, sendo:

- a) 100 (cem) UFIR's pela primeira infração;
- b) 200 (duzentas) UFIR's pela segunda infração;
- c) variável de 201 (duzentas e uma) UFIR's à 1.000 (mil) UFIR's pela terceira infração em diante, conforme dispuser a regulamentação da presente lei que deverá ser regulamentada pela administração pública, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Departamento Legislativo em 25 de abril de 2007

Alri Nogueira
VEREADOR

Rua Thompson Bulcão 830, Gabinete 22 – Luciano Cavalcante – CEP 60810-460
Fone: (085) 3444-8300 Ramal 8213 ou (085)3459-3736

DEP. LEGISLATIVO
RECEBIDO EM: 25/04/07
FUNÇÃOÁRIO



**CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DO VEREADOR ALRI NOGUEIRA**

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa propiciar aos portadores de necessidades especiais e seus acompanhantes um estímulo, em sua grande maioria necessário, a fim de que possam locomover-se. Percebemos muitas vezes que as crianças com necessidades especiais interrompem seus estudos e/ou tratamentos por falta de condições financeiras em arcar com passagens em transporte coletivo. Assim, apresenta-se essa Lei como um incentivo para que os beneficiários dela possam cada vez mais se integrar à sociedade, uma vez que, por ter cunho eminentemente social terá a aprovação desse Poder Legislativo.


Alri Nogueira
VEREADOR